

O CONSELHO DE CLASSE COMO ESTRATÉGIA AVALIATIVA À SERVIÇO DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Raimundo Coelho Vasques ¹

RESUMO

O Conselho de Classe é um Órgão Colegiado, que através da participação democrática da comunidade escolar, possibilita a análise do desempenho do aluno, do professor e da escola. É uma ferramenta pedagógica auxiliar da escola que contribui para que as práticas avaliativas estejam à serviço da aprendizagem. Sua função principal é evidenciar êxitos e dificuldades com vistas a propor ações e intervenções para buscar melhorias para o processo de ensino e de aprendizagem. O presente estudo é parte integrante do projeto de Mestrado em desenvolvimento, pertencente ao programa de Pós-graduação em ensino da Universidade do Vale do Taquari-UNIVATES/RS. Objetiva conhecer as concepções e práticas dos professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental sobre avaliação da aprendizagem. O procedimento metodológico utilizado é de natureza qualitativa/interpretativa através de estudo de caso, com a participação de seis professores de uma escola pública do Município de Santana, Estado do Amapá. A coleta de dados está sendo realizada através das técnicas da Entrevista e Pesquisa Documental. A análise de dados, será elaborada através da análise de conteúdo. Quanto aos resultados são provisórios devido está em andamento. Almeja-se que professor/escola percebam a necessidade da reflexão crítica sobre a forma como algumas vezes o Conselho de Classe está sendo utilizado, priorizando os aspectos burocráticos, em detrimento dos aspectos pedagógicos. Para isso, deve-se resgatar o potencial do Conselho de Classe como instrumento dinamizador e fortalecedor para a construção de práticas avaliativas mais democráticas que possam propiciar melhorias na educação.

Palavras-chave: Avaliação da Aprendizagem, Instrumento avaliativo, Prática avaliativa, Conselho de Classe.

INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem, por vezes, está sendo desenvolvida em algumas escolas como uma simples tarefa burocrática, com sua utilização direcionada para atribuição de notas, certificação e de validação. Devido sua importância para a qualificação e melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, não se pode fazer desse momento valioso, apenas uma ação para apuração de resultados, pois, mais do que resultados, importa a forma como o resultado é construído.

Apesar dos avanços dos estudos nos últimos anos, ainda existem resquícios da avaliação mensuradora e coercitiva que encontram-se enraizadas nas tradições pedagógicas de algumas

¹ Aluno do Mestrado em Ensino da UNIVATES-RS, raimundovasques@uol.com.br;

nossas escolas, com práticas de avaliação classificatória, conteudista e reprodutora do conhecimento, que estão refletindo nos baixos índices educacionais do país. Essa realidade, pode ser um alerta de como esta ação está sendo produzida e de que, para avaliar com intenção de garantir qualidade das aprendizagens, é necessário aprimorar as técnicas e instrumentos que estão sendo propostos pelas escolas.

Desta forma, escola/professor precisam conceber o processo avaliativo como um momento privilegiado para fazer um diagnóstico do ensino e da aprendizagem, com observações e coleta de dados que contribuam para qualificar a realidade e ter condições de propor intervenções mais precisas.

A partir desse panorama, dentre as ações para melhoria do processo avaliativo, o Conselho de Classe, como órgão colegiado articulador de uma rede de discussão coletiva na comunidade escolar, configura-se como uma estratégia auxiliar, com grande possibilidade de contribuir para a construção de práticas avaliativas com perspectivas formativas e mais democráticas.

Para que sua utilização possa efetivar-se, é preciso que a sua essência esteja à serviço da regulação do ensino e da aprendizagem, com orientação para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas adotadas pela escola. Para cumprir com esse importante papel, requer uma ressignificação práticas adotadas, com alguns equívocos na sua aplicabilidade, onde prioriza os aspectos burocráticos em detrimento da discussão e proposição de melhorias da qualidade da educação ofertada.

Não se pode esperar que isoladamente resolva todos os problemas da educação, mas quando bem desenvolvido, pode servir como instrumento para construção de pontes alternativas para superação de entraves, desempenhando um importante papel de instância política e pedagógica com grande potencial avaliativo, interativo, deliberativo e como ferramenta para construção de uma cultura organizacional com espaços e práticas avaliativas mais eficazes.

METODOLOGIA

A pesquisa está sendo desenvolvida em uma escola do sistema municipal de ensino do Município de Santana, Estado do Amapá. A escola possui em seu quadro, doze professores atuando nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Todos foram convidados e seis acenaram positivamente para participar da pesquisa. Todos os participantes possuem graduação e pós-graduação, com tempo médio de 12 a 16 anos de atuação no magistério.

Quanto aos procedimentos metodológicos adotados, a caracterização da pesquisa segundo os procedimentos técnicos, será através da abordagem qualitativa/interpretativa,

através de Estudo de Caso. Para o recolhimento dos dados da pesquisa, serão utilizadas as técnicas da Entrevista e Pesquisa documental. Para analisar os dados e compreender o problema investigado e auxiliar na relação entre o referencial teórico sobre o objeto de estudo e o material empírico recolhido, será utilizada a análise de conteúdo.

Tendo em vista o distanciamento social provocado pela Pandemia da Covid-19 que provocou até o momento a paralisação das aulas presenciais, a coleta dos dados está sendo realizada através do Google Meet, com horário acordado com os professores participantes. Após as entrevistas, será feita a pesquisa documental nos materiais relacionados ao foco da pesquisa, seguida de uma segunda rodada de entrevista, objetivando confrontar as falas com as evidências dos documentos.

Como a coleta dos dados ainda está em execução, se houver retorno das atividades de forma presencial, poderá ser acrescentado a observação direta pelo pesquisador em sala de aula.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Conselho de Classe é um órgão colegiado de discussão pedagógica, que agrega a comunidade escolar que se reúne para discutir e analisar os seus desempenhos e tem como função “[...] muito mais do que um mero cumprimento burocrático de apresentações de papel e desempenhos. É um processo coletivo que deve propiciar a inter-relação dos envolvidos no processo, favorecendo o processo de ensino e aprendizagem” (TEIXEIRA; NUNES, 2014, p. 201).

Caracteriza-se como um estratégia de acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, visando traçar o perfil de cada aluno e do grupo (SANT’ANNA, 2010). É uma ferramenta que auxilia para que a condução do processo avaliativo esteja a serviço da aprendizagem. Por esta razão, tem grande potencial para auxiliar a escola em tarefas como: diagnóstico, aconselhamento, prognóstico, elaboração de projetos de intervenção pedagógica, apoio, incentivo, reformulação de objetivos, preocupação, envolvimento, coleta de evidências em relação ao comportamento do aluno (SANT’ANNA, 2010).

Para que isso se efetive, é necessário que o aluno seja estimulado a pensar sobre suas atitudes em sala de aula e sobre sua relação com o ensino e o conhecimento. O professor, por sua vez, deve utilizar o momento como “[...] espaço pedagógico de compartilhamento de juízos sobre aprendizagens e de troca de experiências docentes” (HOFFMANN, 2005b, p. 38). Constitui-se também como oportunidade do professor rever suas ações e as possíveis intervenções e não como momento burocrático para tratar de notas, classificação e exclusão (TEIXEIRA; NUNES, 2014).

Portanto, sua função é servir de espaço para que os professores tenham momentos específicos para socializar com seus pares informações sobre os alunos e tomar decisões sobre as estratégias pedagógicas que serão adotadas fazendo

[...] uma leitura integral e interdisciplinar de aluno por aluno pelo coletivo dos professores em determinados momentos do processo (não ao final de, porque nunca termina), trocando pontos de vista, refletindo sobre concepções pedagógicas e deliberando sobre as estratégias de continuidade da ação educativa (HOFFMANN, 2005b, p. 38).

A autora destaca também algumas características básicas que tornam o conselho importante no contexto do projeto pedagógico da escola: “a) a forma de participação direta, efetiva e entrelaçada dos profissionais que atuam no processo pedagógico; b) sua organização interdisciplinar; c) a centralidade escolar como foco de trabalho da instância” (DALBEN, 2004, p. 31).

A estrutura de funcionamento do Conselhos de Classe, na sua grande maioria, são formados com a participação da gestão da escola, coordenação pedagógica, professores da turma, professor representante da turma e, em algumas escolas, representantes de alunos e pais. Essa estrutura garante a participação efetiva com formação de uma rede de relações entre os profissionais, com a incumbência de discutir e analisar os resultados alcançados com sua turma. Além da análise do rendimento do aluno, deve ser objeto de análise também a prática pedagógica do professor. Essa ação possibilita “[...] que se desenvolva o processo educativo de reflexão e discussão coletiva sobre o fazer de toda a escola, permitindo um olhar de conjunto e a percepção da dinâmica de construção do projeto pedagógico em curso” (DALBEN, 2004, p. 32).

Para que os encontros sejam produtivos, é preciso que haja planejamento e que sejam organizados com utilização de técnicas de reuniões em função das diversidades de pontos de vistas que causam discussões acaloradas. É indispensável que um dos participantes desempenhe o papel de mediador para garantir o fluxo do diálogo em tom profissional e com a alternância de interlocutores.

Sant’Anna (2010) propõe que a escola organize o Conselho de Classe em algumas etapas. Mas antes, deve-se realizar o que ela denomina de Pré-Conselho, para que seja esclarecido: a dinâmica do funcionamento; atribuição de cada participante; finalidades de sua realização; uso de fichas de observação; critérios e normas a serem observados em relação à avaliação; diagnóstico da realidade; planejamento do trabalho.

Para a autora, o conselho deve ser organizado em quatro diferentes etapas. Na primeira, são levantados dados de diagnósticos como: rendimento individual do aluno e da turma;

costumes; habilidades; falhas no processo educacional; prevenções necessárias; correções necessárias; recursos, meios e técnicas adequadas. Na segunda etapa, a partir do diagnóstico realizado na etapa anterior, será feita análise do desempenho do aluno e da turma em relação às dificuldades apresentadas. Deve constar também, as ações e desempenho do professor e as atribuições da escola quanto aos projetos programados. A terceira etapa objetiva o redirecionamento das ações pedagógicas; é um momento de analisar e repensar para dar uma nova estrutura para os processos. Essa etapa prevê em suas ações: replanejamento das metas; previsão dos trabalhos a serem realizados a fim de atingir os objetivos previamente estabelecidos; estabelecimento de apoio pedagógico. Para a quarta e última etapa, a autora enfatiza que seu objetivo é:

- Realizar a avaliação somativa – final.
- Informar aos pais e alunos a possibilidade de estes prosseguirem os estudos, sua situação atual.
- Informar em que disciplina e/ou conteúdo o aluno precisará de apoio pedagógico na fase e /ou ano seguinte.
- Fazer a síntese/levantamento do aproveitamento da turma.
- Proceder à avaliação de cada componente curricular, regimento interno, Projeto Político Pedagógico (PPP), projetos de uma forma geral – área, disciplina, curso, unidade, aula, com o objetivo de desenvolver a aprendizagem do aluno; e ao planejamento para o próximo ano. O currículo, nesse contexto, é considerado o conjunto de todas as atividades e experiências de aprendizagem previstas nestes projetos (SANT’ANNA, 2010, p. 89-90)

Mesmo apresentando vários benefícios, a implementação do Conselho de Classe tem tido algumas dificuldades. Dalben (2004) comenta, que em uma pesquisa que realizou foi constatado, que existe escola que a prática do Conselho Escolar é desenvolvida sem a operacionalização da sua função pedagógica. A dinâmica previa apenas a apresentação dos registros de notas que os professores tinham registrados nos seus diários de classe e a Coordenação Pedagógica se encarregava de apresentar os mesmos resultados através de tabelas e gráficos.

A atividade que deveria ser uma oportunidade de análise da realidade pedagógica da escola, com vistas a sua melhoria, resumia-se em um momento com diálogos desconexos, frios e com esvaziamento de propostas pedagógicas sólidas. Na análise final, o aluno aparecia, de longe como o único culpado pelo fracasso produzido devido falta de estudo, de disciplina e de interesse pelos estudos. O papel político desempenhado pelo Conselho era unicamente de legitimar os resultados. Deixava-se assim, de utilizar o momento para que servisse para fazer “[...] articulação coletiva dos profissionais num processo de análise compartilhada, considerando a globalidade de ótica dos professores, não era atingido, perdendo assim sua importância e sua riqueza no trato das questões pedagógicas” (DALBEN, 2004, p. 36-37).

Para a autora, essa realidade, é fruto ainda da concepção tradicional de ensino e avaliação muito propalada no passado, onde o papel da escola era de ser transmissora de conteúdos instrucionais com vistas a classificação do aluno no final do processo. Sob essa ótica, o Conselho não poderá desempenhar seu papel de mobilizador da avaliação com o propósito de melhorar a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, apoiado em um projeto pedagógico compromissado com a eficiência.

Infelizmente, em função da descontinuidade das políticas educacionais, ferramentas como o conselho de classe deixam de ter a atenção merecida pelo sistema. Isso tem contribuído para desarticular os processos democráticos instituídos pelas escolas, com conselhos limitando-se a cumprir tarefas puramente burocráticas. Quando isso acontece, “[...] a escola deixa de ser um espaço de diálogo fundado na reflexão coletiva e há uma fragmentação do trabalho realizado e sua rotinização, de modo que os interesses reais e coletivos correm o risco de não serem alcançados” (DIAS; SOARES, 2017, p. 53). Dessa forma, a escola fica à mercê de controle hierárquico. Fragiliza a sua autonomia, atinge diretamente o processo avaliativo, e os principais problemas e perspectivas futuras sequer são discutidas de forma coletiva pela comunidade escolar. Enquanto isso, muitas crianças tem passado até três anos na mesma escola e não consegue se alfabetizar. Em função dessa realidade, cabe-nos o questionamento: será que os procedimentos administrativos e pedagógicos utilizados estão considerando o princípio da diversidade, atendendo as demandas individuais de aprendizagem? Segundo Dias e Soares (2017) os atingidos por essa realidade são exatamente os que precisam de atendimento personalizado e apoio da família.

Uma questão importante de mencionar também, é o fato de esperar que toda a mudança necessária parta somente do professor. Mesmo com boa formação continuada na escola, não surtirá muito efeito se não for garantido suas condições de trabalho e não for assegurada as necessidades mínimas do aluno. O problema é que “as políticas educacionais estão mais voltadas para o controle do trabalho docente, apoiando-se essencialmente no estabelecimento de padrões que possibilitem comparar, classificar e excluir” (Id., Ibid., p. 55).

Quanto ao papel desempenhado pelos gestores escolares que acompanham o conselho de classe, quase sempre resume-se a tarefas periféricas e burocráticas. Porém, pode transformar-se em um grande incentivador para modificação da forma como o conselho é encaminhado em algumas escolas, motivando discussões sobre as possibilidades das transformações e implementações das práticas pedagógicas utilizadas, pois

Avaliar o trabalho realizado é o que dará condições ao grupo de refletir sobre as ações necessárias para o alcance dos objetivos traçados, mantendo o que está dando certo e

revido aquelas ações que pouco contribuíram ou interferiram no processo ensino-aprendizagem (Id., Ibid., p. 57).

Nesse sentido, o conselho de classe, sem a preocupação de buscar a responsabilização em alguém especificamente, poderá transformar-se em uma ferramenta de suporte para que a comunidade escolar, a partir dos objetivos e metas traçadas, possa avaliar os seus indicadores, analisando todos os fatos que interferem ou contribuem e projetar ações futuras com foco na melhoria dos trabalhos ofertados pela escola com a participação coletiva.

É fundamental enfatizar também, que questões ligadas a fatores atitudinais, emocionais, de saúde e familiares nem sempre explicam ou justificam questões de aprendizagem. Apesar de sua importância, é muito comum que nos encontros do Conselho se dê prioridade a esses assuntos com a intenção de explicar qualquer questão de aprendizagem. É necessário que se priorize discussões que ultrapassem as questões afetivas e atitudinais, estar aberto para “conhecê-las, sim, compreendê-las, também, mas não insistir jamais nelas como razões únicas ou indiscutíveis” (HOFFMANN, 2005b, p. 39). O propósito do Conselho é ir muito mais além, com proposições de ações pelos membros para serem implementadas com vias de melhoria do acompanhamento da aprendizagem do aluno e do desempenho do trabalho do professor e de toda a escola.

Como se percebe, a utilização de forma correta do Conselho de Classe na escola proporciona o exercício da avaliação em suas variadas concepções. Assim, temos a avaliação diagnóstica no início do período com objetivo de fazer uma verificação do nível em que se encontra o desenvolvimento das aprendizagens do aluno e da turma, para que sejam tomadas medidas necessárias para a sua melhoria. Ao se discutir o desempenho dos alunos objetivando a implementação das ações pedagógicas, a orientação aos alunos quanto as suas tarefas de estudos e a autoavaliação, a análise crítica sobre a filosofia e os recursos da escola, enfim, a regulação dos trabalhos docentes e discentes visando a melhoria das aprendizagens, temos a presença da avaliação formativa.

Como visto, não há um modelo padrão a ser seguido, o importante é ir construindo experiências novas, sempre buscando caminho para o aprimoramento do fazer pedagógico da escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por tratar-se de recorte de uma Pesquisa ainda em desenvolvimento, almeja-se como resultado a partir das análises que serão feitas na utilização e operacionalização do Conselho de Classe na escola lócus da pesquisa, que o Conselho de Classe seja explorado como um

instrumento de regulação dos processos de ensino e de aprendizagem, ajudando o professor aperfeiçoar sua prática, o aluno colher informações corretas de seu processo de aprendizagem e a escola ter disponibilidade de dados suficientes para buscar a melhoria dos serviços ofertados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização do Conselho de Classe nas escolas públicas brasileiras não é recente. Porém, por ser marcada por um histórico de prática autoritária, hierarquizada, centralizadora e geradora de exclusão, tem contribuído para que o Conselho de Classe, por vezes, tenha desvirtuado de seus ideais, sendo utilizado como mecanismo fortificador da ideologia dominante.

Por essa razão, não tem sustentado as melhorias nas práticas pedagógicas em nossas escolas, por ter priorizado os aspectos burocráticos em prejuízo da discussão e propostas que visem a melhoria no campo pedagógico. Os encontros que deveriam ser destinados para a proposição de melhorias, resume-se em diálogos vazios de propósitos pedagógicos, desempenhando a função de legitimar resultado.

Essa postura de atuação do Conselho de Classe, é oriunda de uma visão tradicional de educação, onde o papel da escola é de transmissão de conteúdos instrucionais estanques e distante da necessidade e da vida concreta do aluno. Com uma práxis avaliativa visando apenas o estabelecimento de classificação para a apuração da nota final, o Conselho de Classe deixa de exercer o papel de mobilizador de ações democráticas na escola. Com sua autonomia fragilizada, reflete diretamente na qualidade do processo avaliativo.

O que se busca, é a contribuição com a reflexão crítica sobre a necessidade da sua reconstrução, para possibilitar uma nova prática, que possa transformar-se em uma ferramenta para ajudar a amenizar alguns problemas como fracasso escolar, direito a universalização da educação de qualidade e com gestão das escolas fundamentadas nos princípios democráticos.

Certamente, essa ação renovada exige que o gestor da escola, que por vezes está focado em atividades burocráticas, exerça o papel líder articulador das transformações necessárias para que, através de ação coletiva, busque melhorias para as atividades desenvolvidas pela escola.

Apesar de constituir-se em uma importante ferramenta, não se pode esperar que isoladamente seja a panaceia para a situação da baixa qualidade do ensino, demonstrado nas estatísticas dos índices educacionais dos órgãos oficiais do país. Porém, se a sua aplicabilidade for redimensionada, poderá desenvolver um grande papel de instância política e pedagógica. Através de práticas reflexivas, poderá desenvolver ações de avaliações dos resultados do

processo de ensino e de aprendizagem, corresponsabilizando-se e propondo intervenções que corroborem com a melhoria da qualidade dos serviços da escola.

Nesse sentido, o Conselho de Classe deve ser explorado como ferramenta que contribua para que o processo avaliativo esteja à serviço da melhoria da aprendizagem. Por isso, deve ser um momento para o professor rever suas ações, os alunos terem direito a voz e interferência no seu processo de formação de forma coletiva. Para isso, é fundamental que haja planejamento bem organizado e que todos os participantes tenham clareza de sua finalidade e garantia de sua participação.

REFERÊNCIAS

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselho de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola.** Campinas: Papyrus, 2004.

DIAS, Elisângela T. Gomes; SOARES, Sílvia Lúcia. Conselho de Classe: foco no projeto da escola ou responsabilização dos estudantes. In: VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas Vilhena (org). **Virando a escola do avesso por meio da avaliação.** 2. ed. Campinas: Papyrus, 2009.

HOFFMANN, Jussara. **O jogo do contrário em avaliação.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?: critérios e instrumentos.** 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

TEIXEIRA, Josele; NUNES, Liliane. **Avaliação escolar: da teoria a prática.** 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.